

GESTÃO DEMOCRÁTICA E A HEGEMONIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM EDUCAÇÃO: O CASO PDE-ESCOLA, PARA AONDE VAMOS?

Maria Betânia Gomes da Silva Brito

Universidade Federal de Alagoas
betebrit10@hotmail.com

Edna Cristina do Prado

Universidade Federal de Alagoas
wiledna@hotmail.com

Maria Jeane Bonfim da Silva

Universidade Federal de Alagoas
jeanebonfim@ig.com.br

Resumo: Aborda-se nesse artigo, a gestão democrática como política pública que objetiva uma transformação no molde de gestão educacional implementado na década de 90. Parte-se da compreensão que as mudanças na condução do planejamento escolar alteram diretamente a configuração da gestão fundada numa concepção democrática. Através de uma abordagem qualitativa, apoiada em pesquisa bibliográfica e documental, o estudo objetiva identificar as orientações por parte dos governos atuais, em conduzir as instituições públicas de ensino a uma gestão de resultados, com base na reflexão sobre a implantação do PDE-Escola, a partir de 2007.

Palavras-chave: política educacional; planejamento estratégico; gestão democrática.

1- INTRODUÇÃO

Para entender os sentidos da gestão democrática encaminhada pelo Estado brasileiro, buscar-se-á desvelar sua trajetória institucional e social, sobretudo, aprendê-la no âmbito das relações sociais em que se forjam as condições para sua proposição e materialidade.

Há grande indagação, por vezes indignação, não só por parte dos que fazem do magistério sua fonte de existência, mas também por grande parte da sociedade sobre as políticas públicas educacionais da atualidade e sobre a construção de espaços democráticos nas escolas públicas brasileiras.

Para efeito dessa análise, que é um recorte de uma pesquisa de mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Mestrado em Educação Brasileira da Universidade Federal de Alagoas, intitulada *Gestão democrática na escola pública alagoana: limites e possibilidades do PDE-Escola*; cabe considerar que a política educacional viabilizada nos primeiros dez anos do ano 2000, é definitivamente validada com o Plano de Desenvolvimento da Educação (SAVIANI, 2009), lançado pelo Ministério da Educação no ano de 2007. Nesse sentido, essa análise tem seu foco no PDE-Escola, buscando avaliar sua organização e os processos desencadeados nesse contexto de reordenação do Estado brasileiro.

Constata-se atualmente que a educação tem assumido um papel mediador das políticas sociais no cenário econômico mundial, sendo chamada à mesa para efetivar seu trabalho com extrema eficiência, na busca por redução de gastos e eficácia nos serviços. Uma lógica de mercado que objetiva minimizar a atuação do Estado nas orientações encaminhadas através das políticas públicas que sustentam as desigualdades em nosso país. E que de acordo com Oliveira (2005, p.285):

[...] Mantêm-se, pois, os traços restritivos na forma de tratar as questões sociais no Brasil, uma vez que os avanços propostos na Constituição de 1988 foram alvo de reformas e que, na tão propalada modernização do país, persistiu o traço da era desenvolvimentista que submete a política social à política econômica.

Fundamentada sob a ótica do Estado moderno, a gestão democrática é uma política pública organizada com base nas concepções democráticas de sociedade, através das quais os sistemas de ensino deveriam desenvolver processos participativos de caráter democrático e autônomo, a partir das orientações contidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96.

Nesse contexto, a gestão democrática inaugura no plano educacional um conjunto amplo de ações que envolvem o currículo, a organização dos espaços escolares, a organização dos sistemas de ensino, o planejamento, e, sobretudo, as políticas públicas encaminhadas para reger a dinâmica dos sujeitos inseridos no cotidiano das escolas públicas.

No entanto, as dificuldades enfrentadas pelas escolas públicas na tentativa de implementar esse modelo de gestão, têm despertado o interesse de diversos autores (DOURADO, 2003; VIEIRA, 2009; SANDER, 2005; PARO, 2008; ARAÚJO, 2007, entre outros) que investigam elementos capazes de configurar a institucionalização da gestão democrática na última década. Indicando um processo complexo, revestido por um caráter homogeneizador da gestão escolar.

Neste contexto, a relação entre a organização da escola e da empresa assume formas semelhantes em função da política neoliberal que sedimenta as orientações emanadas do Banco Mundial. As instituições de ensino passam a ser consideradas geradoras de resultados rentáveis ao mercado, e assumem uma face lucrativa, capaz de se adequar a um padrão de eficiência e de produtividade. Essas observações são destaque nas reflexões de Coraggio (2000, p. 83):

Por tudo isso, nem os preços de mercado são o resultado de um simples mecanismo de concorrência perfeita, nem as sugestões para reorientar as políticas públicas são conseqüências de um diálogo desinteressado que procura as melhores respostas técnicas para objetivos transcendentais e compartilhados. Assim como seria pouco esclarecedor pensar que tudo é produto de uma conspiração, também seria ingênuo ignorar a existência de forças organizadas e projetos de dominação, reforçados na medida em que são aceitos passivamente como algo natural.

Esse trabalho investiga o PDE-Escola com base nas categorias: planejamento estratégico e gestão democrática da escola, interpretando aspectos legais que regem a política educacional brasileira, considerando o modelo de gestão educacional, configurado no âmbito da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, a partir da Constituição de 88.

É importante entender em que medida essa política de gestão educacional, incentiva a criação de mecanismos e fortalecimento da gestão democrática na escola pública atualmente.

O estudo é realizado através de uma abordagem qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica e documental. Nesse sentido, analisa-se as transformações presentes na estratégia de planejamento que alicerçam o PDE-Escola, como um programa que visa ao fortalecimento da gestão democrática, segundo as orientações do Ministério da Educação (MEC).

Nessa primeira parte do trabalho, apresentamos elementos indispensáveis à contextualização da análise, e que são necessários ao entendimento das políticas públicas encaminhadas à escola na primeira década do século XXI. Referencial capaz de atribuir sentidos às estratégias emanadas de um contexto global, que atinge diretamente os estados mais pobres do país, como é o caso de Alagoas, tendo em vista que o PDE-Escola visa atender prioritariamente as escolas situadas nos estados da região Nordeste. Em seguida, analisamos o invólucro onde está depositado o planejamento estratégico e seu raio de abrangência nas escolas públicas e finalizamos refletindo sobre os destinos da gestão democrática na atualidade.

2- O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA E SUA REORDENAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) constitui-se em uma política pública que está aqui entendida como: “Estado em ação”¹, ou seja, “[...] é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade” (HOFLING, 2001 p.31). No universo das 41 ações abraçadas pelo plano temos os aspectos planejamento e gestão educacional como fio condutor do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola), uma das ações que incide diretamente sobre a educação básica propondo-se fortalecer a autonomia da gestão escolar. Formulação que redesenha uma nova roupagem ao PDE-Escola, tendo em vista sua inserção tímida na década de 90 e sua nova ordenação na política educacional recente instaurada no país a partir de 2007.

O PDE-Escola como política pública constitui-se em uma ferramenta do planejamento estratégico, configurada como princípio orientador da dinâmica escolar, iniciada com a formação do grupo de sistematização, que é composto por funcionários efetivos da escola. Após a formação desse grupo a escola irá realizar duas grandes etapas, primeiramente preencher os questionários do manual de elaboração com todos os segmentos, e em seguida o trabalho fica concentrado na mão do grupo de sistematização para elaboração do plano de suporte estratégico, no qual deverão ser contempladas duas áreas prioritárias: gestão de processos e gestão de resultados. Restando apenas uma área para ser de livre escolha da escola.

Assentado sob bases econômicas, o planejamento estratégico leva para a escola relações de mercado, ajustando o espaço escolar às demandas do Estado moderno, consistindo na implementação de uma visão gerencial nos instrumentos de planejamento presentes na dinâmica escolar. Proposta que atribui ao gerente de execução das metas definidas no PDE-Escola, o papel de principal articulador e responsável pela garantia do sucesso de cada uma das etapas contidas no plano elaborado por cada unidade escolar. De acordo com Dourado (2007, p. 931).

[...] Desse modo, ideologicamente, o PDE, desde a sua concepção, “busca criar o consenso em torno da idéia de que a melhoria da educação estaria na adoção dos parâmetros de mercado, com a aplicação de estratégias da empresa privada na gestão da escola pública”. Tal concepção alicerça-se numa ressignificação da gestão democrática e da participação, entendidas a partir da criação de canais de efetiva participação e decisão coletivas, tendo por norte a educação como um bem público.

Essa política pública estimula as escolas na busca por soluções pontuais e individuais a curto prazo, de acordo com as orientações do manual de instruções encaminhado pelo MEC. Sobre essa tendência Hofling (2001, p.39), esclarece: “Pensando em política educacional, ações pontuais voltadas para maior eficiência e eficácia do processo de aprendizagem, da gestão escolar e da aplicação de recursos são insuficientes para caracterizar uma alteração da função política deste setor [...]”.

O PDE-Escola, entendido como uma ferramenta gerencial, passa por um processo de reorganização para atender as necessidades de uma escola moderna e ágil, que tem seu foco nos resultados atrelados a uma lógica de mercado, como nos aponta Saviani (2009) buscando o fortalecimento da gestão democrática, através de objetivos focados na melhoria da qualidade do ensino aprendizagem e nos resultados, que são os dois critérios de eficácia escolar apontados como prioritários pelo manual do PDE-Escola enviado pelo MEC para capacitação dos coordenadores e gestores que conduzirão o processo de elaboração nas escolas públicas.

Nesse sentido, a gestão passa por um reordenamento que transfere ao PDE-Escola a responsabilidade por dinamizar a gestão educacional, atacando os problemas prioritários através de um planejamento rígido e estrategicamente organizado. Segundo Silva (2003), pauta-se em uma concepção democrática centrada nas orientações da corrente neoliberal, que tem provocado uma ambiguidade capaz de dificultar a compreensão das diferentes variantes que sustentam os discursos e práticas democráticas contempladas na organização das políticas públicas orientadoras do cotidiano escolar.

3- O PLANEJAMENTO EDUCACIONAL, ESPECIFICIDADE NO CASO ALAGOANO

Planejar é necessário, tendo em vista a importância desse aspecto na tomada de decisão desencadeada no processo de gestão escolar. Nesse sentido, a escola é o organismo central desse estudo, capaz de evidenciar a força emanada das transformações sociais e que repercute na definição da política educacional adotada em nosso país, política que está caracterizada pela hegemonia da dimensão operacional e estratégica presentes na orientação dos programas e planos priorizados pelo governo central.

Essa condução organizacional, contida na política pública que é o PDE-Escola, expressa uma divisão social do espaço educativo. Para tanto, adota como alvo padrões de qualidade voltados às demandas específicas da escola e que não visam transformações mais profundas, capazes de alterar as bases sociais de desigualdade presente na vida da comunidade escolar. Ao planejar as metas a serem priorizadas pela escola, os grupos de sistematização respondem sobre questões inerentes ao seu foco de atuação distintamente, propiciando uma ação estratégica aos

pontos frágeis identificados no interior da escola, e que posteriormente serão transformados em plano de ação estratégica da mesma.

Em Alagoas temos um padrão administrativo pautado em uma visão extremamente gerencialista e burocrática na condução dos processos “democráticos” que ancoram o chão da escola pública. Afirmção expressa nos modelos adotados pelos núcleos gestores presentes nos espaços administrativos da Rede Estadual de ensino como pode ser identificado no documento construído pelos organismos estatais MEC-PNUD-SEEE/AL², que traz no Eixo 1 elaborado no ano de 2009, sobre Política Educacional para o Estado de Alagoas, Ação 1 – Política De Educação Básica Para Alagoas: Bases Legais, Políticas e Pedagógicas, apenas duas ações para a melhoria das condições da rede, apesar da ênfase na melhoria da qualidade da aprendizagem.

O documento “apresentado” a comunidade escolar, que por sua vez não foi partícipe dessa construção, tendo em vista a não convocação da sociedade civil para essa reflexão que re-definem a política educacional adotada pelo Estado de Alagoas, e esta em plena sintonia com as ações demandadas pelo Estado gestor em âmbito nacional. A idéia de planejamento expressa no documento indica a adoção de padrões de qualidade e controle das ações desencadeadas pelo sistema estadual de ensino, condicionada pelos princípios da qualidade total, de acordo com as orientações em destaque:

A ruptura dessa lógica institucional inclui a necessidade de uma rigorosa análise e realinhamento dos planejamentos existentes, a integração das ações dos diversos setores, mecanismos de monitoramento e controle das ações, definição de padrões de qualidade e instrumentos de avaliação dos resultados, caso contrário, corre-se o risco de “cair na armadilha” da inoperância interna da SEE/AL, do descumprimento dos prazos e da inviabilização das propostas. Partindo dessas considerações, mudar a realidade educacional de Alagoas pressupõe um conjunto integrado e articulado de ações efetivas e transformadoras, direcionadas por uma política de educação básica das escolas públicas de Alagoas. (Projeto de Cooperação Técnica MEC-PNUD-SEE/AL, 2009, p.10)

Assim a administração estadual está balizada em programas nacionais, mecanismo que denota uma escassa presença de projetos de iniciativa da comunidade local, cenário capaz de revelar uma forte dependência do Estado alagoano do governo central. Contexto pincelado por um forte viés financeiro, através de ações pontuais vinculadas à liberação de recursos e dissociadas da realidade local. Prerrogativa que faz das escolas públicas alagoanas um berço fértil das políticas públicas nacionais, como é o caso do PDE-Escola que no ano de 2009 teve uma demanda de inserção que contemplava 509 escolas, sendo 344 municipais e 165 estaduais de acordo com os dados da Secretaria Estadual de Educação do Estado de Alagoas (SEEE/AL, 2009). Inserindo a escola em um contexto de “modernização” da política educacional, e submetendo à questão social a captação dos recursos contemplados no PDE-Escola.

O planejamento assume uma concepção participativa quando propõe alternativas para uma tomada de decisão capaz de atender as necessidades presentes na dinâmica social dos indivíduos. Porém, quando esse ato na escola remete apenas a uma técnica de trabalho, ele não poderá promover ações significativas ao enfrentamento dos problemas estruturais presentes nas

organizações sociais. Desta forma, a centralidade do PDE-Escola como elemento fortalecedor da gestão democrática, merece uma análise mais detalhada e cautelosa sobre sua vitalidade na vida escolar e social.

O que ocorre nas escolas alagoanas não é diferente do que vem acontecendo por todo o Brasil e outros países latino-americanos. A miséria, a fome, a violência, o desemprego estrutural, as altas taxas de juros, entre outros fatores que se alastram velozmente pelos países da América Latina, configuram-se em condicionantes que refutam a validade de uma dinâmica escolar focada em resultados, e sugere pensar a substância que sustenta o processo participativo adotado pela escola na atualidade. Tendo no PDE-Escola a presença dessa ênfase por resultados, abre-se uma cisão entre a escola e a sociedade, transferindo às instituições de ensino a responsabilidade por promover mudanças no cenário mundial capazes de amenizar os problemas sociais. Entretanto, como nos alerta Mészáros (2005, p.25):

As mudanças sob tais limitações, apriorísticas e prejudicadas, são admissíveis apenas com o único e legítimo objetivo de corrigir algum detalhe defeituoso da ordem estabelecida, de forma que sejam mantidas intactas as determinações estruturais fundamentais da sociedade como um todo, em conformidade com as exigências inalteráveis da lógica global de um determinado sistema de reprodução.

Nesse contexto, os ecos da teoria administrativa desenvolvida por Taylor³ com ênfase na pessoa do administrador, através da padronização das ações dos indivíduos de forma isolada, ainda está presente no universo escolar. E atualmente com o objetivo de otimizar os recursos injetados nas unidades de ensino, destaca-se o gestor como principal responsável pela execução das ações desenvolvidas pelas escolas, a partir de uma visão estratégica e gerencial do processo de gestão educacional.

No entanto, apesar dessa concepção gerencial que produz o realinhamento do planejamento escolar como elemento chave para assegurar ações transformadoras, sabemos que os princípios de uma gestão participativa, atribui a todos os sujeitos envolvidos na dinâmica de planejar, a responsabilidade por atingir os objetivos e metas propostas pela sociedade de forma ampliada.

4- PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

De modo geral, nos primeiros dez anos do século XXI, foram vários os programas encaminhados às escolas como fonte do planejamento estratégico, visando minimizar as fragilidades presentes no universo escolar, alguns como: “Transporte Escolar”, “Saúde nas Escolas”, “Eduacenso”, “Mais Educação”, “Inclusão Digital”, “PDE-Escola”, “Escola Ativa”, entre outros. Porém, mesmo com a “descentralização” dos processos, ainda é possível perceber uma (re)centralização na definição das ações encaminhadas pelo MEC, ao considerarmos a realidade das políticas públicas educacionais implementadas no Brasil no contexto das reformas políticas e econômicas encaminhadas aos países periféricos, pelos organismos multilaterais.

Assim, o conceito democrático é redefinido e assume um caráter administrativo e executor dos programas lançadas no contexto nacional, com base no forte apelo à democratização

da educação, transferindo à sociedade apenas a execução das tarefas encaminhadas para as escolas pelos órgãos dirigentes. No entanto, segundo a lógica neoliberal, para que essas ações se configurem de forma “satisfatória” é preciso uma gestão eficiente, no sentido de adotar medidas que imprimam no universo escolar conceitos da gestão empresarial, objetivando acompanhar de forma detalhada a execução das ações, através de uma ênfase nos resultados, ação que demanda um planejamento estratégico, que substitui o planejamento democrático, contemplado anteriormente no projeto político pedagógico da escola.

Em decorrência das demandas atuais e da centralidade na gestão estratégica minimiza-se a possibilidade do projeto político pedagógico ser um elemento capaz de possibilitar uma maior participação da comunidade escolar de forma desinteressada, no sentido gramsciano, no qual não há apenas uma busca por resultados ligados à ordem capitalista. Mas, o projeto político pedagógico pode ampliar a possibilidade de conceber o planejamento escolar desde sua concepção até a sua execução com base em uma lógica transformadora do processo mercantil, em atendimento a todas as demandas da sociedade. Porém, nesse contexto da modernidade o planejamento estratégico em ampla expansão, traz ao universo escolar uma lógica extremamente empresarial.

A legislação explicita uma orientação limitada de participação democrática, ao observar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação n.º 9.394 no seu artigo 14, incisos I e II, é possível perceber uma ação mínima sobre a questão central da gestão escolar. Análise que autoriza entender uma orientação limitada sobre a participação dos segmentos presentes na comunidade escolar na condução da gestão e denota um vazio sobre a forma como o planejamento escolar deverá ser encaminhado, postura que abre uma lacuna para o Estado agir como condutor potencial da participação nas políticas públicas vivenciadas pelas escolas de educação básica, como salienta Peroni (2009, p.771):

Apesar desta trajetória de gestão de escola em andamento, a partir dos anos 1990, no contexto de um novo padrão de acumulação ampliado do capital, que reordenou e redefiniu o papel do Estado e da política educacional, colocou-se para a gestão dos sistemas e das escolas um novo modelo orientado pelos princípios da gestão gerencial, com vistas a maior eficiência e eficácia do sistema.

Neste cenário, a teoria clássica da administração, elaborada por Henry Fayol⁴ que tem suas bases na organização administrativa, e emerge durante a Segunda Guerra Mundial, como estratégia militar, considerado um elemento inerente à arte de governar com ênfase no planejamento das tarefas, ou seja, no planejamento estratégico,. Compreensão ajustada a modernidade do capital e transposta ao universo escolar para atender aos apelos de um pensamento hegemônico que pretende promover uma nova regulação da pobreza como expõe Oliveira e Duarte (2005).

Assim, temos dois modelos de planejamento que compõem a gestão democrática, o planejamento participativo como elemento chave do processo democrático, e que se revela através do projeto-político pedagógico das escolas e o planejamento estratégico que vem

conjugado ao PDE-Escola com o objetivo de fortalecer a gestão democrática, estando os dois interligados. A grande indagação é compreender como essas duas formas de planejamento, que divergem na essência de suas orientações, compõem propostas organizadoras de um trabalho democrático.

Nesses termos, percebemos que esses dois tipos de planejamento voltados para uma mesma realidade, utilizam o mesmo raio de ação, portanto, faz-se necessário entender como a lógica administrativa que sustenta o PDE-Escola pretende organizar um trabalho educativo democrático e dialógico, e se realmente o programa está fundamentado numa concepção gerencial, que prioriza os resultados em detrimento dos processos. A este respeito,

Krawczyk e Vieira (2008, p.51), apresentam a seguinte reflexão:

Produziu-se um impasse entre dois projetos educacionais antagônicos: o projeto originário das lutas pela democratização do país, que daria continuidade às conquistas presentes na CF 88, e o projeto consolidado no contexto das tendências internacionais, que se apresentava como inovador e capaz de trazer a modernidade para o país.

De um lado, as forças sociais que demandam uma ação complexa e transformadora da ordem social existente, e por outro lado, a lógica de mercado fundada em parâmetros internacionais, que institui ao país uma manutenção da ordem capitalista.

5- GESTÃO DEMOCRÁTICA E OS DESTINOS DA ESCOLA PÚBLICA

Entendemos como função social da gestão a capacidade de envolver todos os sujeitos da sociedade na organização, definição e execução dos projetos construídos pelos grupos sociais de forma coletiva e democrática, fala-se em democracia como possibilidade de uma ação que envolva sociedade política e sociedade civil na construção de processos autônomos, participativos e descentralizados.

Ao discutir democracia, Bobbio (1987) afirma que ela está inserida em um conjunto de conceitos concebidos à luz das formas de governo. Nesse aspecto, temos na gestão democrática atual uma concepção de governo que centraliza seu poder decisório e reveste-se de elementos capazes de direcionar a sociedade sob a égide do Estado capitalista, o que seria impossível na essência dos fundamentos democráticos pautado numa organização política e social voltada para atender as necessidades de todas as classes sociais.

Há uma correlação de forças entre duas visões antagônicas quanto à gestão educacional e escolar, a primeira pautada numa “visão gerencial” e fundamentada numa “lógica economicista” e, a segunda voltada para uma “visão político-pedagógica” que enfatiza a “efetivação da educação como direito social, pela busca da construção da emancipação humana sem descuidar da especificidade da ação pedagógica [...]” (DOURADO, 2004, p. 69). Aspectos ligados entre si de formas variáveis, e que de certo modo interferem sobre a vida da escola na condução dos processos administrativos e/ou pedagógicos.

Todas essas mudanças na condução da gestão educacional, concernentes à materialização das políticas sociais implementadas no âmbito da escola pública ao longo da última década, principalmente, os programas de iniciativa do executivo federal voltados para a educação

básica, a exemplo do PDE-Escola, suscitam diversas análises a respeito da descentralização dos processos educativos.

Ao direcionar o olhar sobre o PDE-Escola como elemento concernente ao processo de reforma da gestão escolar, é inegável o esforço em conduzir a escola a conhecer seus limites, propondo estratégias necessárias ao enfrentamento dos problemas inerentes ao universo escolar. No entanto, quando as orientações do MEC sugerem que o plano desenvolva um trabalho capaz de auxiliar as escolas no fortalecimento da gestão democrática, vislumbra-se uma forte fragilidade nesse instrumento que acelera e fragmenta o planejamento escolar. Desenvolvendo apenas ações pontuais vinculadas a recursos federais, e que não poderão possibilitar transformações profundas e necessárias a escola pública atual, e, conforme Leitão (2010, p.133):

[...] Neste sentido, a reforma empreendida no domínio da educação, considerada um sucesso e entendida como tal pelos organismos internacionais, privilegiou a implantação de um novo modelo de organização e gestão do sistema educacional e da escola, por meio da descentralização, da democratização, da autonomia escolar e do fortalecimento da gestão como foco no Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE.
[...]

Com base na complexificação da burocracia do Estado, instituem-se novas funções à atuação estatal, que através de uma sociabilidade das classes, implementa uma participação regulamentadora do cotidiano escolar. Esses elementos podem transformar a escola em um campo de forças que tem um projeto voltando ao atendimento de orientações internacionais e do governo federal, em detrimento dos interesses da escola e da comunidade local. Nesse contexto, as questões sociais vão ficando à margem da dinâmica escolar, aprofundando as desigualdades sociais à medida que os sujeitos percebem uma educação alheia às suas necessidades vitais. Em decorrência dessa lógica, a política social constitui-se na ferramenta que o Estado gestor utiliza para minimizar a incontrolabilidade do capital, e de acordo com Oliveira e Duarte (2005, p. 285):

As políticas sociais na realidade brasileira atual visam prioritariamente o alívio à pobreza, a retirada da condição de miséria daqueles que sequer conseguiram alcançar as condições mínimas de sobrevivência, situação que aprofunda a crise da humanidade e busca apagar vestígios que dêem condição de superar esse projeto societal do capital mundial.

Dessa forma, a gestão democrática atual, no contexto da escola pública, assume uma força potencial de adequação da sociedade ao projeto político e econômico pensado de forma hegemônica pelas grandes potências mundiais que financiam os projetos educativos desenvolvidos nos países periféricos. Porém, Coraggio (2000, p.83) afirma que: “[...] Assim como seria pouco esclarecedor pensar que tudo é produto de uma conspiração, também seria ingênuo ignorar a existência de forças organizadas e projetos de dominação, reforçados na medida em que são aceitos passivamente como algo natural”.

Com base nesse projeto de reordenação do capital mundial, a gestão escolar está assentada nos princípios de controle e gerenciamento, adequando os indivíduos às exigências

da produção capitalista e às condições sociais de uma época e de uma sociedade, ou seja, a gestão democrática está inserida em um projeto de sociedade que objetiva produzir uma escola interessada na produção de bens materiais. E visa concretizar um projeto político, que considere a questão da formação do homem como indivíduo produtor de riqueza material ou econômica, como afirmava Gramsci (1989, p.118) ainda no século passado.

A tendência hoje, é a de abolir qualquer tipo de escola “desinteressada” (não imediatamente interessada) e “formativa”, ou conservar delas tão somente um reduzido exemplar destinado a uma pequena elite de senhores e de mulheres que não devem pensar em se preparar para um futuro profissional, bem como a de difundir cada vez mais as escolas profissionais especializadas, nas quais o destino do aluno e sua futura atividade são predeterminados.

Atribuir o exercício da democracia às orientações de pequenos grupos isolados pode parecer até ingenuidade, entretanto, é preciso lembrar que todas as orientações tomadas entre os muros da escola coadunam com as demais células da sociedade. Desta forma, a escola não pode exercer uma democracia isolada, baseada em princípios que foram postos como modelos instituídos. Necessário se faz promover o envolvimento de todos os núcleos da sociedade na organização da estrutura escolar, a partir do currículo, da avaliação, do planejamento, da metodologia, dos planos e programas, enfim é necessário um entendimento amplo sobre a função social da escola e de que forma ela pode configurar-se em um veículo de emancipação humana ou de dominação das classes excluídas.

Pelo panorama apresentado na atualidade, nessa última década a escola pública tem trilhado um caminho perigoso na busca pela participação democrática, uma vez que poucos são convocados para discutir as orientações demandadas pelo Estado gestor, constituindo aparentemente uma face social, mas que objetiva promover uma “nova” visibilidade ideológica assumida pela “gestão democrática” das escolas públicas, que não propõe mudanças, mas assume uma postura de parceria com o capital mundial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face dos elementos expostos ao longo do texto, tem-se uma diminuição estratégica da participação democrática, em detrimento da predominância de uma democracia representativa circunscrita nos limites da política econômica a serviço do grande capital internacional. Apesar dos limites do PDE-Escola em fortalecer a gestão democrática, ainda há uma predominância desse instrumento no planejamento educacional, quando quase não se fala sobre o projeto político pedagógico das escolas nas políticas públicas encaminhadas pelos órgãos centrais.

Dessa forma, a gestão democrática atual, no contexto da escola pública, assume uma força potencial de adequação da sociedade ao projeto político e econômico pensado de forma hegemônica pelas grandes potências mundiais financiadoras dos projetos educativos desenvolvidos nos países da América Latina, com o consentimento dos governos locais.

Portanto, os desdobramentos do PDE-Escola nessa última década ressaltam um planejamento estratégico que tem sua origem no interior da organização empresarial. E nesse

contexto de modernidade, está sendo utilizado como elemento capaz de orientar a busca por soluções para a crise educacional, através de uma ação interna sediada pela organização escolar. O que demonstra uma forte tendência em dissociar os problemas locais das estruturas sociais mais amplas. Ao mesmo tempo em que se responsabiliza a escola e todos os seus sujeitos pelo não alcance das metas estabelecidas pelos organismos multilaterais.

A partir desse princípio econômico mundial desenvolve-se o controle e gerenciamento das ações e metas a serem alcançadas gradativamente, adequando os indivíduos às exigências de uma gestão democrática inserida em um projeto de sociedade que objetiva produzir uma escola interessada visando concretizar a formação do homem como um indivíduo que é apenas um produtor de riqueza econômica.

O indicador dessa nova etapa da democracia representativa presente no PDE-Escola está instituído no decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007, revestido por uma nova metodologia capaz de atribuir ao planejamento estratégico a responsabilidade de fortalecer a gestão e elevar os índices de aprendizagem. O desfecho dessas políticas públicas amplia o distanciamento entre a defesa do capital e as mudanças estruturais necessárias ao processo de diminuição das desigualdades sociais, que só podem ser construídas com base em um projeto contra-hegemônico, capaz de atribuir aos indivíduos a responsabilidade por seu destino.

Portanto, a educação precisa estar aliada a um projeto de sociedade capaz de romper com o abismo estrutural que precariza as escolas públicas e silencia as lutas travadas no seio da sociedade. Precisamos vencer esse estranhamento que a modernidade nos impõe, ao desconsiderar a luta de homens e mulheres que estão embrenhados no trabalho educativo de forma geral, seja dentro da escola ou fora dela. Urgente é refletir sobre essa naturalização dos processos empresariais no cotidiano escolar, entendendo a necessidade de uma educação pública, gratuita e de qualidade social, baseada no enfrentamento das desigualdades a que está submetida grande parcela da população mundial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALDAY, Hernan E. Contreras. **O Planejamento Estratégico dentro do Conceito de Administração Estratégica**. Rev. FAE, Curitiba, v.3, n.2, p.9-16, maio/ago. 2000.
- BRASIL, LDB : **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** : lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 5. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010
- BRASÍLIA. MEC, Fundescola - FNDE/PDE, 2006.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade; para uma teoria geral da política**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- DIÓGENES, Elione Maria Nogueira. **No passo e no compasso das políticas públicas no Brasil**. Texto elaborado para a disciplina “Formulação, implementação e avaliação das políticas públicas” que compõe o quadro curricular do curso de Doutorado em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2006.
- DOURADO, Luiz Fernandes. **Políticas e gestão da educação básica o Brasil: limites e perspectivas**. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 921-946, out. 2007.

DOURADO, Luiz Fernandes. Gestão democrática da escola: movimentos, tensões e desafios. In: SILVA, Aída Monteiro; AGUIAR, Márcia Ângela da Silva (Orgs). **Retrato da escola no Brasil. Brasília: CNTE, 20004.**

FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola. OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de. Peroni, Vera Maria Vidal. **Estado e terceiro setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação brasileira.** Edc. Soc., Campinas, v.30, n.108, p. 761- 778, out.. 2009.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1989.

HADDAD, Sérgio; WARDE, Mirian; TOMMASI, Livia. (Orgs.) **O Banco Mundial e as políticas educacionais.** São Paulo: Cortez Editora, 2000.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e políticas (públicas) sociais.** Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001.

KRAWCZYK, Nora; CAMPOS, Maria Malta; HADDAD, Sérgio. (Orgs). **O cenário Educacional Latino-americano no Limiar do Século XXI: Reformas em Debate.** Campinas-SP, Autores Associados, 2000. .

KRAWCZYK, Nora Rut. VIEIRA, Vera Lúcia. **A reforma educacional na América Latina: uma perspectiva histórico-sociológica.** São Paulo: Xamã, 2008.

LEITÃO, Elione Maria Diógenes. **Política educacional no Ceará em questão: avaliação das formas discursivas.** Campinas, SP: Arte escrita, 2010.

MACEIÓ. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte. Projeto de Cooperação Técnica MEC-PNUD-SEE/AL: Eixo 1 – **Política Educacional Para o Estado de Alagoas.** Maceió/AL, 2009.

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital.** Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia. Estratégias do capital para educar o consenso.** São Paulo: Xamã, 2005.

OLIVEIRA, Dalila. DUARTE, Adriana. **Política educacional como política social: uma nova regulação da pobreza.** Perspectiva, Florianópolis, v.23, n.02, p. 279-301, jul.dez. 2005.

SAVIANI, Dermeval. **PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação- Análise Crítica da Política do MEC.** Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

SILVA, Ilse Gomes. **Democracia e participação na “reforma” do estado.** São Paulo, cortez, 2003.

sites

www.strategia.com.br/Alunos/2000.../Historia.htm (acesso em 08/12/2010).

www.educacao.al.gov.br/ (acesso em 07/12/2010).

(Endnotes)

- 1 Termo usado por Gobert, Muller, 1987. Ver Eloisa de Mattos Höfling. Estado e políticas (públicas) sociais. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001, p.31..
- 2 Ministério da Educação- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Secretaria de Estado da Educação e do Esporte do Estado de Alagoas.
- 3 Frederick Winslow Taylor foi um engenheiro mecânico estadunidense, considerado o pai da administração científica, focava a eficiência e eficácia nos processos administrativos, visando prioritariamente o aumento na produção com um menor custo para o setor industrial, com base na padronização dos serviços. Ver: *historia.abril.com.br*.
- 4 Henri Fayol foi idealizador da teoria clássica de administração desenvolveu uma visão do homem econômico que buscava eficiência nos serviços, através de princípios semelhantes aos de Taylor, tendo por foco: divisão do trabalho, autoridade, disciplina, unidade de direção, centralização, entre outros.

